

Internacionalização: a nova face da Dependência

Rubens R. Sawaya
Professor do Depto. de Economia da PUC-SP
1999

Resumo

Este artigo tem como objetivo de demonstrar que a estratégia de inserção da economia brasileira na economia mundial empreendida por FHC não teve como parâmetro o real funcionamento do processo de acumulação de capital em escala mundial. Não levou em consideração o fato de o capital hoje estar muito mais concentrado e centralizado, o que potencializa as contradições inerentes do processo de acumulação refletindo-se sobre as economias periféricas. Essa falta de percepção levou, ao contrário do que a política de FHC almejava, a um radical aumento da dependência e vulnerabilidade do país.

Introdução

A tônica que acompanha uma linha de teóricos é a de que um país depende do crescimento econômico para se desenvolver alcançável somente através do investimento realizado por grupos de empreendedores ‘modernos’ em elevação da capacidade produtiva e da produtividade, bases para a conquista da competitividade. Logo, supondo-se a ausência ou fraqueza dos capitalistas nacionais, típica de um país subdesenvolvido, atrair investidores externos é uma das formas para a promoção do desenvolvimento. Nesse caso, desenvolvimento depende da inserção na economia mundial, na Globalização. Essa é a visão de FHC ao conduzir a inserção do Brasil na economia global.

Radicalizando esse argumento, o desenvolvimento apenas é possível através da adesão às regras do movimento do capital internacional, na verdade, materializadas nas “regras do mercado” global. É necessário submeter-se ao “mercado”, ou, como seria mais correto afirmar, submeter-se ao movimento do capital, “à dinâmica dos interesses das economias desenvolvidas” (Cardoso e Faletto: 1981, p.26). Para FHC, a adesão às políticas neoliberais é o que torna isso possível.

Mas, a forma como um país periférico se submete ao movimento do capital depende da perfeita compreensão desse movimento. Só assim é possível o desenho de

uma estratégia de integração. A falta de compreensão do que hoje se denomina mundialização, uma fase do capitalismo que tem como ponto central o elevado grau de centralização de capitais, pode levar a uma elevação da vulnerabilidade do país e na conseqüente elevação de sua dependência. Isso foi o que acabou acontecendo com o Brasil a partir da estratégia desenhada por FHC. Mesmo supondo-se boas intenções, não se percebeu o real movimento do capital presente nas leis de mercado, tão bem conhecidas dos mentores do Consenso de Washington que propõem a total liberdade ao capital, defendendo sua autonomia para garantir a continuidade do processo de acumulação de amplitude global.

A lógica da estratégia

A entrada do Brasil na onda neoliberal colocou o país diante de uma nova estrutura da divisão internacional do trabalho. Para o governo FHC essa estratégia era a única capaz de modernizar a economia brasileira, colocando-a em uma nova rota de inovações e crescimento econômico através da associação com o capital internacional. Talvez imaginasse com isso, como defendeu no passado, a possibilidade de superação da dependência, e hoje, integração a um mundo sem fronteiras.

Essa escolha não se consubstancia como uma nova filosofia de FHC. Trata-se de uma estratégia defendida em seus tradicionais textos. Mas, dizer que mantém sua coerência intelectual e suas idéias ao longo de sua vida acadêmica e política não traz nenhuma novidade. Esse aspecto já foi enfatizado por vários autores (Fiori, 1995; Batista, 1999; Paiva, 1999 e outros). O problema está em como e em qual cenário internacional suas velhas idéias conduzem sua ação. Aplica idéias velhas a um cenário novo.

Nas circunstâncias “de crise política do sistema quando não se pode impor um política econômica de investimentos públicos e privados para manter o desenvolvimento, as alternativas que se apresentariam, excluindo-se a abertura do mercado interno para fora, isto é, para os capitais estrangeiros, seriam todas inconsistentes, como o são na realidade, salvo se se admite a hipótese de uma mudança política radical para o socialismo” (Cardoso e Faletto, 1981, p.120).

Ora, o cenário de crise política e econômica já acompanhava o país desde os anos 80, demarcado pela crise da capacidade de ação das políticas

desenvolvimentistas e de substituição de importações, ao mesmo tempo em que se instalava um novo processo político com a passagem da ditadura militar para a democratização formal. Não é difícil imaginar que quando FHC assume, sua visão contemplasse a idéia de uma crise política que impedia o país de criar, com os agentes disponíveis internamente, condições endógenas para a retomada do desenvolvimento. Assim, para ele, estavam colocados fatos que impunham a abertura do mercado interno para fora, esquecendo-se do lapso de tempo entre o que havia dito e a nova realidade do capitalismo mundial.

Assim, para FHC não existe outra forma de inserção da economia brasileira no capitalismo mundial a não ser através da associação ao capital multinacional. Por isso acaba por construir o cenário necessário para essa inserção, disponibilizando a economia brasileira para tal pacto internacional. Como antes, “...considera a existência de limites estruturais precisos para um desenvolvimento industrial controlado nacionalmente, dentro dos quais jogam as distintas forças nacionais”. (Cardoso e Faletto, 1981, p.118). A adesão ao consenso de Washington materializa essa ação na política atual; foi a forma de inserção da economia no capitalismo mundial. Define claramente uma estratégia para o desenvolvimento brasileiro associado, nos setores e áreas desejadas pelo grande capital, segundo uma nova divisão internacional do trabalho.

Essa inter-relação com o capital estrangeiro que se materializa na abertura da economia brasileira, na visão de FHC, deveria fornecer os elementos básicos para o impulso no sentido da modernização dos setores produtivos nacionais dinâmicos, ao mesmo tempo que eliminaria os setores retrógrados que vivem sustentados pelo Estado nacional desenvolvimentista falido. A abertura traria a inovação tecnológica necessária para a modernização da economia e o desenvolvimento, claro, ‘interdependente e associado’. Para explicar tal estratégia, servem muito bem suas ‘velhas idéias’.

“Como o “setor moderno” – cuja dinâmica é semelhante à dos sistemas produtivos dos países centrais – está limitado por mecanismos quase automáticos de expansão, condiciona negativamente as possibilidades de protecionismo oficial; por conseguinte, ficam excluídas como alternativas tanto o apoio às antigas indústrias nacionais surgidas durante o período de substituição de importações quanto a escolha de políticas de desenvolvimento baseadas na utilização intensiva de mão-de-obra etc., pois o setor industrial moderno requer outro tipo de estratégia de desenvolvimento”

(Cardoso e Faletto, 1981, p.131).

Visão de capitalismo

A ilusão de ótica de FHC aparece por um lado, ao aplicar um modelo de desenvolvimento dos anos 50 e 70 nos anos 90, talvez supondo um capitalismo imutável, ou talvez não se importando muito com a nova forma de ação do capital: a mundialização segundo o conceito para o termo de Chesnais (1996, cap. 1); ou quem sabe estivesse inebriado pela ideologia de ‘integração mundial’ contida no termo Globalização, mesmo sabendo, como conhecedor das teorias do imperialismo, que o capitalismo já nasceu da internacionalização mercantilista.

No passado, a economia brasileira teve seu crescimento econômico marcado por um amplo processo de investimento direto estrangeiro, centrado basicamente nos setores de bens de consumo durável e algumas áreas do setor bens de capital. Constituiu-se o chamado “tripé de acumulação”, uma associação entre o capital privado nacional, estrangeiro e o Estado. Grandes empresas multinacionais instalaram-se no país enquanto as empresas de capital privado nacional aproveitavam os espaços abertos por esse investimento estrangeiro para montar suas estruturas produtivas. O objetivo era ocupar o mercado interno. Um exemplo desse processo foi a constituição da indústria automobilística no país, com seu parque anexo de autopeças nas mãos de empresários locais e com o fornecimento de matérias-primas, como o aço, por grandes empresas estatais. Essa foi a estratégia de desenvolvimento que envolveu, de formas um pouco diferentes, os dois grandes ciclos de crescimento da economia brasileira: o Plano de Metas (56-60) e o Milagre no final dos anos 60, início dos 70 (Serra, 1982), diferenciando-se pela forma que o investimento externo toma em cada uma dessas fases (Tavares, 1982).

No processo de internacionalização recente, as novas empresas multinacionais não foram agentes de novos investimentos em elevação do estoque de capital, sendo em sua grande maioria apenas mudanças patrimoniais (Gonçalves: 1999, p. 82 e seguintes; Lacerda: 1998, cap.4), catalisadas pelo programa nacional de privatização. Ao contrário do que apontava FHC em seus trabalhos dos anos 60 que resultou nas políticas levadas ao cabo nos anos 90, esse novo investimento estrangeiro, apesar de resultar na modernização de diversos setores da indústria, não atuou como agente catalisador da modernização dos setores industriais de propriedade nacional,

implicando muito mais em sua extinção, em diversos ramos. O capital externo entrou na economia brasileira para modernizar o parque industrial multinacional formado nas décadas passadas e para comprar o que restava das empresas de capital nacional (públicas e privadas), debilitadas por anos de baixo crescimento e investimento em modernização, fazendo, pelo menos enfraquecer, se não sumir, o caráter associado interdependente desejado. Isso resultou, na verdade, em uma nova forma de dependência que se deve, em parte, ao caráter do processo mundial de acumulação ser bastante diferente daquele dos anos 60 e 70.

Capitalismo Mundializado – Capital em busca de autonomia

“Se os capitalistas partilham o mundo, tal sucede não em virtude de sua particular maldade, mas porque o grau de concentração já atingido os obriga a comprometerem-se nesta via a fim de obterem lucros; e partilham-no proporcionalmente aos capitais segundo as forças de cada um” (Lenin: 1987, p.74).

A mundialização do capital caracteriza a forma atual da divisão internacional do trabalho. É uma nova forma de ação imperialista do capital concentrado e centralizado em sua busca de ampliação do seu espaço de acumulação. Essa é uma concepção que já vinha descrita no *Capital* de Marx ao demonstrar como o capital se torna cada vez mais autônomo em sua história de valorização através dos processos de concentração e centralização.

A idéia de autonomia do capital tem seu ponto de partida na impessoalidade do movimento do capital já presente no conceito de fetichismo da mercadoria. A mundialização é a radicalização desse conceito (Chesnais: 1996, p.42) sendo a sucessora do imperialismo de Lenin. “É a lei da produção capitalista, imposta pelas revoluções constantes nos próprios métodos de produção e pela depreciação conseqüente do capital em funcionamento, pela luta geral da concorrência e pela necessidade de melhorar a produção e ampliar a escala, para a empresa simplesmente conservar-se, não padecer. O mercado tem por isso de ser constantemente ampliado e, desse modo, suas conexões e as condições que as regulam assumem cada vez mais a configuração de lei natural independente dos produtores e se tornam cada vez mais incontroláveis” (*Capital* III, p.281).

A mundialização do capital é a materialização desse movimento do capital autônomo em busca de espaços para sua valorização em liberdade. Inerente a esse

movimento está o fato de que quanto mais autônomo, mais difícil o controle social sobre seu movimento e mais explícitas se tornam as contradições do sistema materializadas no desemprego e na perda de autonomia política, principalmente nos países distantes dos centros de decisão que zelam pelo processo de valorização dos capitais individuais que restam do processo de centralização global.

A adoção de uma estratégia de inserção no capitalismo mundializado sem a compreensão desse movimento pode acarretar em consequências indesejáveis ao desenvolvimento de economias subdesenvolvidas, tornando-as na verdade estruturas periféricas do grande capital, destinadas a permanecer assim, na verdade criando um ambiente no qual as contradições inerentes ao processo de acumulação encontram solo fértil para se radicalizarem.

Por isso, pode-se dizer que a mundialização é uma nova forma de imperialismo, criando novas formas de dependência. Ao contrário do que apregoa a ideologia que envolve o termo globalização, não amplia a interdependência ou elimina as fronteiras nacionais. E essa elevação da dependência torna-se aparente na crescente vulnerabilidade que qualquer um possui ao ver o seu poder de decisão sobre o próprio destino diminuído. Hoje, vulnerabilidade significa estar ao sabor do movimento do capital internacional oligopolizado, ao ponto em que qualquer tentativa de administrar ou humanizar seu movimento atrapalham seu processo de valorização tornando-o arredio, sempre ameaçando de fugir para outros lugares que lhe garantam essa liberdade.

“Ligar o termo mundialização ao conceito de capital significa dar-se conta de que, graças ao seu fortalecimento e às políticas de liberalização (...) o capital recuperou a possibilidade de escolher, em total liberdade, que países e camadas sociais têm interesse para ele” (Chesnais: 1996 p.18).

A adesão a esse capitalismo foi a opção dos anos 90 que teve origem em Collor mas apenas conseguiu se materializar a partir da coalizão política alcançada na figura de FHC. A adesão a linha neoliberal é a opção pela entrada no mercado mundial como este se apresenta. E entrar no “mercado” nada mais significa do que aderir ao movimento do capital, agora extremamente centralizado em fortes oligopólios que controlam o mercado. Defender esse “mercado” é apoiar o movimento autônomo do capital em seu processo de acumulação, submetendo-se a ele. Essa foi a opção de FHC, talvez acreditando que essa integração levaria o Brasil ao bloco de países centrais.

“O mundo pode ser dividido entre as regiões ou países que participam do processo de globalização e usufruem seus frutos e aqueles que não participam. Os primeiros estão geralmente associados à idéia de progresso, riqueza, melhores condições de vida; os demais, à exclusão, marginalização, miséria” (Cardoso, F. H., retirado de Velasco e Cruz, 1999)

A construção do Consenso – de Washington ao Brasil

A Globalização tornou-se palavra-chave na defesa da integração associada aos países desenvolvidos nos moldes preconizados por FHC em seus escritos. A ideologia da Globalização passou a ser um mote internacional ao qual quem quisesse estar “dentro” teria que se submeter.

O mote ideológico se coaduna com o momento de grande liquidez financeira internacional procurando novos locais de valorização e com a busca do controle de novos mercados pelos grandes grupos oligopolizados (Gonçalves: 1999 p.35). Estava presente na economia mundial a base para a ação vista como inevitável para a promoção do crescimento em economias periféricas, uma nova oportunidade e disponibilidade de capital no mundo, ávido por novas fronteiras de acumulação. Neste cenário acreditava-se ser possível a reedição dos ciclos de crescimento da economia brasileira dos anos 50 e 70, também sustentados por grandes movimentos de capitais no mundo. FHC talvez tenha visto nesse movimento a oportunidade de passar para a história como o presidente que modernizou a economia brasileira colocando-a em um novo ciclo de crescimento. Assim, aderiu cegamente ao novo movimento do capital sem perceber o que nele havia de diferente. Aderiu à Globalização.

Essa ideologia do mercado livre, sem fronteiras, aberto para as trocas financeiras e comerciais, no qual, qualquer país que se mostrasse eficiente poderia conquistar um lugar privilegiado, toma corpo teórico com a recuperação das idéias clássicas liberais de vantagens comparativas ricardianas (Ricardo: 1985, cap.VII) que retomou espaço em meio à crise do estado do bem estar na Europa e do Estado desenvolvimentista no Brasil. Essa lei nunca esteve tão em moda, apontando para a possibilidade de uma divisão internacional do trabalho em que todos os países que aderissem a liberdade de movimento do capital encontrariam um nicho de ação que lhe garantisse um lugar na economia mundial. E, esses países, ao darem a liberdade necessária às empresas para uma escolha livre e racional, as atrairiam, esperando

garantir um lugar ao sol no mercado global.

O capital multinacional, hoje muito mais centralizado e sob o comando de poucos grandes grupos (Chesnais: 1986, p. 72), ao buscar novos espaços para ampliação de suas bases de acumulação, estava procurando se livrar das amarras dos Estados nacionais que impediam sua liberdade. Esse é o cenário de materialização de uma ideologia em uma ação real: o grande capital oligopolizado clamando e buscando liberdade para a ampliação de suas bases de acumulação. Olhando para este quadro, estava clara a possibilidade de atrair esse capital em movimento no mundo através da montagem e implantação do cenário que ele solicitava. Essa Foi a opção de FHC.

Ao mesmo tempo, diante dos anos que marcaram a crise do desenvolvimentismo com elevada taxas de inflação e sucessivos planos fracassados, havia sido também pavimentado o caminho para o apoio político, para a construção do consenso que garantisse apoio às reformas demandadas por esse novo capital que se desejava atrair. Após a tentativa fracassada de construção de uma coalizão nacional em torno de Collor no início dos anos 90, FHC ocupou o cenário do consenso ao prometer a realização de mudanças que permitissem a transição para uma democracia “moderna” sem ruptura com os tradicionais partícipes. Tornou-se uma espécie de candidato tido como de “esquerda” mas aliado ao tradicional bloco de poder representado pelo PFL. “O que a nova aliança de FHC propõe,...): remontar à tradicional coalizão em que se sustentou o poder conservador no Brasil. (...) Costurou de forma brilhante e eficiente a adesão de quase toda a grande imprensa e do empresariado, mas sobretudo os apoios internacionais que faltavam a Collor” (Fiori: 1997, p.17).

A partir disso, estava pavimentado o caminho ao “novo” salto para o desenvolvimento brasileiro através da velha idéia do desenvolvimento associado, rumo a interdependência. Após o consenso político interno, a adesão ao Consenso de Washington era o caminho necessário para se integrar a esse mundo globalizado que permitiria a realização do modelo idealizado por FHC em seus trabalhos dos anos 60. Atrelar-se ao movimento de acumulação de capital mundial seria a grande saída para participar desse processo.

Conforme aponta Fiori, a globalização trouxe à tona as questões discutidas pela teoria da dependência que tinha como eixo a idéia que o processo de desenvolvimento tardio e periférico passava pela forma de inserção de suas economias nas relações econômicas internacionais; que a modernização industrial se

viabilizaria pela dinâmica expansiva dos investimentos diretos estrangeiros impingindo dinâmica às classes de industriais nacionais rumo a modernização (Fiori: 1995, p.219).

Que a dinâmica da acumulação de capital mundial condiciona o processo de acumulação interno, não se põe em dúvida. Se a visão de desenvolvimento econômico traz em si a condição necessária de atrelar-se ao capitalismo mundial, o que é uma opção real e histórica dos ciclos de crescimento brasileiros, a questão então se direciona para qual a forma que deve ser dada a essa inter-relação. Para tanto, teria sido necessário uma perfeita compreensão de como funciona esse capitalismo centralizado, o que não ocorreu.

A construção do cenário

A idéia portanto era a construção de bases para a promoção do desenvolvimento da economia brasileira da única forma vista como possível para uma economia periférica: dependente e associado ao grande capital.

Para tal era necessário criar o ambiente favorável e confiável para que os grandes grupos multinacionais tivessem interesse e segurança para realizar seu investimento aqui. Era necessário incorporar as regras de funcionamento do movimento desses agentes, muitas vezes chamadas de “regras do mercado”, para ser possível atraí-lo.

Parte do menu de ações já estava claro e havia sido divulgado e defendido na reunião que elencou os pontos que ficaram conhecidos como “Consenso de Washington”. Regras aparentemente ideológicas carregavam em si uma profunda compreensão das necessidades que o grande capital multinacional tinha para a continuidade de seu processo de acumulação irrestrita, para a ampliação de seu campo de ação em todos os países. São regras defendidas como elementos essenciais ao funcionamento dos mercados que poderiam ser facilmente traduzidas em ações com o objetivo de desimpedir o processo de acumulação de capital, para livrá-lo das amarras impostas pelas regras humanizadoras criadas pelos Estados Nacionais ainda envolvidos na lógica do bem estar social e na lógica do desenvolvimentismo. Idéias defendidas como imperativos das “regras naturais de mercado” recuperadas de economistas clássicos.

A percepção de FHC está a esse conceito de mercado conectada. Sua

formulação teórica que se materializa em sua ação política tem como pressuposto que o desenvolvimento de uma economia periférica só é possível pela sua integração sintonizada com o processo de acumulação de capital que tem sua base de definição nas economias centrais e no movimento das grandes empresas. Para ele, tornar o país moderno é o mesmo que integrá-lo nesse movimento.

Assim, a implantação das políticas do Consenso de Washington foi a chave para a atração do capital globalizado com a expectativa de promover o crescimento sustentável da economia brasileira que inserisse o país na economia global. Esperava-se que as reformas propostas tornariam a economia brasileira mais competitiva e mais moderna, resultado em um saldo positivo envolvendo todas as camadas sociais.

Um dos principais defensores da estratégia, mesmo sem ser o melhor dos interlocutores, argumentava ser “(...) o processo de abertura, através de seus efeitos sobre o dinamismo tecnológico do país, que definirá os contornos básicos do novo ciclo de crescimento. (...) uma inserção positiva do país no processo de internacionalização da produção como determinante básico do crescimento acelerado da produtividade, portanto, o mecanismo que nos permitirá violar a ‘teoria do bolo’ e construir um modelo de crescimento que consiga reduzir desigualdades sociais sem impactos inflacionários” (Franco, 1997, mimeo).

O conjunto de políticas do consenso é a base para a construção desse cenário atrativo ao capital estrangeiro. Seus pontos básicos são: estabilidade econômica (controle da inflação e equilíbrio das variáveis macroeconômicas), liberalização dos fluxos comerciais e financeiros, privatização e mudança do papel do Estado na economia (ver Fiori, 1995). Pode ser resumido em um amplo processo de liberalização com o afastamento do Estado do controle da acumulação de capital, restando-lhe a função apenas de apoiá-la e ceder seu espaço ao grande capital oligopolizado. Assim, é construído o cenário para facilitar as operações dos grupos industriais multinacionais, tornando o ambiente atrativo ao garantir-lhes rentabilidade, possibilidade de entrada e saída livre para fluxos financeiros e de mercadorias.

Ainda dentro da estratégia de atração do capital multinacional e ligado ao programa de privatização da infra-estrutura nacional está o chamado Programa Brasil em Ação, cujo “ponto central é a inter-relação entre as mudanças estruturais no Brasil e os processos internacionais” (Kandir: 1998). Constituiu-se por um atrativo adicional ao investidor estrangeiro ao criar e abrir novos espaços para esse investimento, com

uma forte sinergia com a privatização dos serviços públicos nas áreas de transportes, energia e telecomunicações. Esse programa torna a estratégia de atração do capital internacional explícita.

Os resultados

Os resultados foram radicais. A liberalização de fluxos de mercadorias e financeiro e a privatização, elementos centrais do pacote de medidas, acarretaram em significativas mudanças estruturais no padrão de acumulação no Brasil; modificam a forma de atuação do Estado brasileiro, suprimindo-lhe tradicionais instrumentos de intervenção, inclusive nos campos das políticas fiscal, monetária e cambial, atadas pela lógica do modelo. A liberalização dos fluxos comerciais tirou a capacidade de controle seletivo de mercadorias segundo estratégias de política industrial e de proteção do parque industrial interno. Da mesma forma o relaxamento dos controles sobre os fluxos de capital diminuiu a capacidade de diferenciar investimentos reais de especulativos.

Mas, em termos de transformação estrutural do estado e de sua capacidade de ação, talvez o mais importante tenha sido o programa de privatização que teve seu início com empresas do setor produtivo estatal, posteriormente estendendo-se ao setores de serviços públicos e infra-estrutura. Colocou à disposição do investidor um enorme volume de negócios que alcançaram, apenas somando o conseguido pela venda, pouco mais que 20% do PIB nacional. Quando começa, em 1998, a ficar explícita a fragilidade do modelo e o aumento da vulnerabilidade pela dependência crescente do capital estrangeiro, a privatização dos serviços públicos se radicaliza numa tentativa de demonstrar que, mesmo “fazendo água” e tornando o país mais vulnerável, o modelo não seria abandonado.

Assim, pode-se dizer que foi um sucesso, não no que se almejava em termos de integração do capital nacional com o estrangeiro, mas como salto para participação no processo global de acumulação de capital, com todos os problemas que isso acarreta para uma economia periférica. A adesão ao neoliberalismo resultou na maior reforma estrutural já ocorrida no Brasil que diminuiu o poder de intervenção pública e provocou uma enorme transformação na estrutura industrial do país. Ou seja, foi um sucesso do ponto de vista do capital, ao abrir espaços para sua acumulação em sua nova forma, mas foi um fracasso do ponto de vista do desenvolvimento e do controle

dos instrumentos para tal.

Temos hoje uma economia estruturalmente muito diferente, muito mais concentrada e centralizada, mais internacionalizada, e talvez até mais moderna nos setores que sobreviveram, mas com uma capacidade de controle social sobre o processo de acumulação muito menor, seja pelo enfraquecimento do Estado, seja pelo resultado perverso do processo de acumulação dominado exclusivamente pelo capital oligopolista. Esse fato radicaliza as contradições do processo de acumulação, materializadas, por exemplo, no crescimento do desemprego e exclusão social. Isso significa dizer que, se antes no Brasil o controle social da produção era muito pequeno, hoje ele é muito menor.

Da mesma forma, em um curto espaço de tempo ocorreu o mais amplo processo de centralização de capitais no país. Diversos tradicionais grupos de empresas tiveram que sair do mercado e vender seus ativos num processo de expropriação de capitais pelo próprio capital. A estrutura produtiva brasileira tornou-se internacionalizada no que tange a propriedade do capital e dependente de matérias-primas importadas criando um problema estrutural no Balanço de Transações seja pelo déficit comercial, seja pela necessidade constante de remessa de lucros (Gonçalves: 1999, p.88).

Ou seja, com a adoção dessas política, o Brasil conseguiu atrair grande parte do capital que circulava pelo mundo em busca de novos espaços de acumulação. Tornou-se o centro da economia latino-americana e atraiu novos investimentos. Mas, embora essa possa ser a marca do sucesso, também é o centro do fracasso diante do que se imaginava, talvez, em termos de criação de condições para colocar o Brasil em um novo patamar no contexto internacional no que diz respeito a interdependência. A entrada do Brasil no mundo globalizado não teve como resultado o esperado fortalecimento do capital nacional em associação com o estrangeiro. O capital nacional tanto privado como estatal foram adquiridos por grandes oligopólios multinacionais por operações de aquisição fusão ou incorporação, ou, de outro lado, não foram capazes de resistir às políticas liberalizantes. O Brasil foi o campeão de fusões e aquisições na América Latina.

Da associação imaginada por FHC sua estratégia resultou um novo tipo de dependência na qual foram retirados do jogo o Estado e o capital privado nacional. “Do tripé passamos para um modelo de um só pé, no qual passamos a ser ainda mais dependentes do que antes dos humores da economia internacional. Apostamos todas

as nossas fichas nas virtudes dos mercados desregulados capazes de fazerem uma correta, eficiente e equilibrada alocação de recursos provenientes dos investidores privados, sobretudo os internacionais.” (Fiori: 1997, p.177)

Pode-se resumir os resultados como segue:

- Destruição da estrutura produtiva nacional e incentivo a concentração e centralização de capital.
- A promoção do crescimento econômico foi delegada ao mercado que nada tem de impessoal, dado que é controlado por grandes oligopólios mundiais, agora totalmente integrados à economia nacional.
- Desnacionalização da produção com elevação da dependência de tecnologia e produtos importados.
- Transferência da pesquisa para desenvolvimento de novas tecnologias para os centros produtores nos países e universidades de origem dos grupos empresariais.
- Perda de poder do Estado para fazer política compensatória geradora de crescimento econômico, de renda e emprego, desviando-a para a decisão privada dos grandes grupos multinacionais que pouco compromisso local possuem.
- O Estado, através da política econômica passou, obrigatoriamente, a incentivar setores da economia engajados na exportação e não na produção para o mercado interno devido a forte dependência da importação de tecnologia e produtos de elevado valor agregado.
- Elevado custo social, materializado no desemprego estrutural, que passou a depender de políticas compensatórias de cunho muito mais assistencialista que não integram os grupos sociais menos favorecidos na sociedade e geram custos excessivos para o estado.

Esses são elementos que fragilizam e tornam vulnerável a economia brasileira e a capacidade e a amplitude da ação social e política. O problema do estreitamento dos caminhos é a dificuldade de se achar novas opções, sempre sobre o risco real de deixar algo, mesmo que não muito louvável, escapar das mãos. Esse é o caso do grau de internacionalização e vulnerabilidade que atingiu o Brasil, quando grande parte de medidas ou ações que tenham como objetivo mudança de rumo, por pequena que seja,

acabe sendo sempre uma ameaça radical ao modelo que resulte em, por exemplo, fuga em massa do capital, etc.

“Vulnerabilidade externa significa baixa capacidade de resistência das economias nacionais diante das pressões, fatores desestabilizadores ou choques externos. A vulnerabilidade tem duas dimensões igualmente importantes: a primeira envolve as opções de resposta com os instrumentos de política disponíveis, e a segunda incorpora os custos de enfrentamento ou de ajuste perante os eventos externos” (Gonçalves: 1999, p.36).

Isso significa dizer que o país está muito mais sujeito à ditadura do mercado, uma “ditadura que aparece sublimada e racionalizada ‘tecnicamente’” (Boron: 1994 p.23), respaldada na mais simplória teoria econômica revestida de técnica moderna. Essa idéia está presente nas próprias palavras de resignação do Vice-presidente Sênior e Economista Chefe do Banco Mundial, ao afirmar que o “sucesso do Consenso de Washington como doutrina intelectual está em sua simplicidade: suas recomendações políticas podem ser administradas por economistas usando um pouco mais do que simples esquemas de contabilidade” (Stiglitz: 1998 p.5). Stiglitz, no mesmo artigo desconstrói o Consenso de Washington apontando para seus riscos e inverte as regras como regras para o desenvolvimento de economias periféricas; mostra a fragilidade do véu contábil que encobre uma visão política dos movimentos dos capitais no mundo.

Nesse contexto, as contradições do sistema capitalista concentrado e centralizado tendem a se agudizar em economias periféricas que já possuíam uma frágil rede de proteção tanto social como de seus mercados e que foram ainda mais fragilizadas pelas políticas liberalizantes. Assim, as crises do sistema em nível global têm a possibilidade de atingir de forma mais radical essas economias, tornando o processo de exclusão social muito mais implacável e visível.

Mas, sob esse ponto de vista ou da submissão às “regras do mercado” (regras da acumulação de capital), parece que uma grande dose de fatalismo está posta, corroborando com a idéia de que não há alternativas a não ser a adesão a elas, aliás, idéia defendida pelo próprio FHC. Entretanto, cabe lembrar que contra esse fatalismo, ao qual os economistas têm dificuldade de se opor por seu próprio arcabouço teórico, resta apenas a ação política, embora seja difícil de se pensar sobre isso na realidade brasileira. Mas, por outro lado, pela alternativa que está posta, teremos que nos contentar como um espaço puramente geográfico no capitalismo mundial, como uma

“Zona Franca”, no qual apenas se beneficia um pequeno grupo de incluídos na produção que se destina a outros mercados, dada a destruição do mercado interno pela diminuição do emprego, o que deixa exposta a própria contradição do processo de acumulação regido pelo capital autônomo, no qual, a tendência é de as pessoas tornarem-se cada vez mais supérfluas.

Bibliografia

Boron, A. A. “Estado Capitalismo e Democracia na América Latina”, 1994, Edt. Paz e Terra, São Paulo-SP.

Cardoso, F. H. e Falleto, E. “Dependência e Desenvolvimento na América Latina”, 6ª edição, 1981, Zahar Editores – Rio de Janeiro-RJ.

Chesnais, F. “A Mundialização do Capital”, 1996, Edt Xamã, São Paulo-SP

Fiori, J.L. “Em Busca do Dissenso Perdido” 1995, Edt. Insight, Rio de Janeiro-RJ.

Fiori, J.L. “Os Moedeiros Falsos”, 2ª edição – 1997, Edt. Vozes, Petrópolis-RJ.

Franco, G. H. B. “A Inserção Externa e o Desenvolvimento”, Mimeo.

Gonçalves, R. “Globalização e Desnacionalização”, 1999, Edt. Paz e Terra, São Paulo-SP.

Kandir, A. “O Caminho do Desenvolvimento – Do Brasil Hiperinflacionário ao Brasil Competitivo e Solidário”, 1998, Edt. Atlas, São Paulo-SP

Lacerda, A. C. “Impactos da Globalização na Economia Brasileira”, 1998, Edt. Contexto, São Paulo-SP.

Lenin, V. I. “Imperialismo, Face Superior do Capitalismo”, 4ª edição – 1987, Edt. Global, São Paulo-SP.

Marx, K. “O Capital, Livro III – O Processo Global de Produção Capitalista”, 1985, Edt Difel, São Paulo-SP.

Ricardo, D. “Princípios de Economia Política e Tributação”, 2ª edição – 1982, Edt. Nova Cultural, São Paulo-SP

Serra, J. “Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós Guerra”, in “Desenvolvimento Capitalista no Brasil – Ensaio Sobre a Crise”, 1982, Edt. Brasiliense, São Paulo-SP.

Stiglitz, J. “More Instruments and Broader Goals: Moving Toward the Post-Washington Consensus”, 1998, Annual Lecture, Helsinki, Finland.

Tavares, M. C. “Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro”, 10ª edição - 1982, Zahar Editores, Rio de Janeiro-RJ.

Velasco e Cruz, “Idéias do Poder: dependência e globalização em F.H. Cardoso” in Estudos Avançados 37, 1999, Universidade São Paulo.